

# FAZENDO GÊNERO

ANO IX Nº27 NOV/06 A FEV/07

## TRANSFORMAR O MUNDO PELO FEMINISMO Rumo ao Encontro Nacional da AMB

SILVIA CAMURÇA \*

Vivemos uma conjuntura de re-mobilização dos movimentos sociais. Os anos de 2005 e 2006 têm sido fortemente marcados pela certeza de que essa remobilização é fundamental para reconfigurar o campo dos movimentos sociais, para não apenas resistir aos processos da globalização – o que estão fazendo muito bem – mas avançar na proposição de alternativas.

O I Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) é parte desse processo, e foi pensado para atualizar o posicionamento da AMB nessa nova conjuntura global. Uma década depois dos ciclos sociais nas Nações Unidas, a ONU e a conjuntura mundial se transformaram. Mudou a correlação de forças no âmbito internacional e a centralidade das Nações Unidas e sua capacidade de defender os direitos humanos estão postas em questão. Por isso cresce, do nosso ponto de vista, a importância dos movimentos sociais nas lutas democráticas.

A AMB não é um movimento social, mas tem um forte caráter de movimento social. Por exemplo, a AMB não possui uma lista de filiadas, e não realiza assembléias de associadas. Ela tem caráter de movimento: participa da AMB quem com ela se

Transformar o mundo pelo Feminismo



Layout do cartaz do Encontro Nacional

I Encontro Nacional da AMB – 7 a 10 de dezembro de 2006 – Goiânia  
Articulação de Mulheres Brasileiras - [www.articulacaodemulheres.org.br](http://www.articulacaodemulheres.org.br)

identifica politicamente.

O Encontro Nacional está pensado como um espaço que deve acolher todas as mulheres feministas que tenham identidade política, sejam simpatizantes, queiram compartilhar desta identidade política e contribuir na construção da AMB. Nesse sentido, é também um espaço muito plural. Reunirá mulheres feministas de diferentes espaços de militância (partidos, movimentos sociais, populares e sindical), com diferentes identificações ideológicas, de diferentes regiões brasileiras (urbana,

rural), com diferentes campos de ação (saúde, violência etc).

O objetivo do encontro é, por isso mesmo, promover um fórum amplo de debate feminista que apresente proposições e orientações políticas para a AMB e, ao mesmo tempo, aprofundar o caráter de movimento social da AMB.

O Comitê de fóruns, articulações, rede e núcleo, que integram atualmente a AMB e constroem o Encontro Nacional considera necessário e legítimo estabelecer uma **Carta de Princípios** que oriente a participação da militância feminista nesse espaço.

Os princípios contidos nesta Carta, a ser respeitada por todas que queiram participar desse espaço, consolidam as decisões, posições políti-

cas e orientações que decorrem da práxis feminista da AMB, construída ao longo de seus dez anos de existência.

**Inscrições até 22 de novembro.**  
**Veja quem pode participar, qual a proposta de temas e metodologia e como se inscrever em**  
**[www.articulacaodemulheres.org.br](http://www.articulacaodemulheres.org.br)**

\* Integrante do SOS Corpo e do Comitê Político da AMB.

### CARTA DE PRINCÍPIOS DO I ENCONTRO

1. O Encontro Nacional da AMB é um fórum amplo de debate feminista, voltado para a formulação de análises críticas sobre a realidade social, para a livre troca de experiências e para a formulação de proposições para a AMB.

2. Por seus fins, o Encontro Nacional da AMB acolhe as mulheres feministas que, ao fazerem a luta anti-patriarcal, lutam também contra a homofobia, o racismo e o fundamentalismo, opõem-se ao neoliberalismo e ao domínio de todas as esferas da vida pelo capital, e que estão empenhadas na transformação do mundo pelo feminismo, tendo como horizonte utópico uma sociedade democrática e igualitária.

3. A partir deste primeiro Encontro, a ser realizado em Goiânia, Goiás, de 7 a 10 de dezembro, o Encontro Nacional passa a ser um espaço permanente de participação da militância feminista na AMB, construído pelos fóruns, articulações, rede e núcleo que constituem a AMB, sob a orientação da Coordenação Executiva Nacional e as comissões auxiliares a ela vinculadas.

4. Os debates feministas durante o I Encontro Nacio-

nal da AMB deverão analisar as problemáticas vividas pelas mulheres em diferentes contextos, aprofundar a reflexão feminista sobre temas e questões emergentes na arena política, enfrentar o debate da construção permanente da práxis feminista e de questões organizativas na AMB.

5. As proposições colocadas no Encontro Nacional da AMB visam fazer prevalecer os ideais de igualdade, dos direitos humanos, da justiça ambiental, de uma economia solidária e sustentável, apoiados em sistemas políticos, movimentos sociais e instituições democráticas.

6. O espaço do Encontro Nacional da AMB reúne e articula as mulheres feministas dos espaços estaduais que constituem o Comitê Político da AMB e as mulheres feministas parceiras, aliadas, colaboradoras e simpatizantes que dele participarão em nome próprio, inscritas de forma individual ou pelas organizações e movimentos sociais nos quais atuam.

7. O Encontro Nacional da AMB não tem caráter deliberativo. As participantes não serão chamadas a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de

participantes do Encontro.

8. O Encontro Nacional da AMB é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário. Sua metodologia de construção e realização orienta-se pelo respeito à diversidade das práticas e expressão políticas do feminismo, o respeito à necessária articulação entre os saberes populares e acadêmicos presentes entre as mulheres, e também pelo compromisso com a reflexão crítica feminista e a construção coletiva de conhecimento.

9. O Encontro Nacional da AMB está comprometido com o aprofundamento de laços entre mulheres feministas de distintos movimentos sociais, necessário ao fortalecimento do movimento de mulheres como força política transformadora.

10. O Encontro Nacional da AMB reúne participantes que estão na luta feminista em defesa da cidadania para as mulheres, do direito das mulheres ao aborto e à maternidade, à liberdade sexual, em defesa da autonomia das mulheres sobre suas vidas e da autodeterminação de seus movimentos.

# AMB em Goiás

## Importância para o Fórum Goiano de Mulheres

ENTREVISTA COM MARTA CEZARIA DE OLIVEIRA, COORDENADORA DO FÓRUM GOIANO DE MULHERES

O feminismo existirá enquanto houver opressão das mulheres. Não há limites nessa luta, a não ser o respeito mútuo, a solidariedade e o companheirismo. Dentro dessa perspectiva, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) realiza o seu primeiro Encontro Nacional em Goiânia, de 7 a 10 de dezembro deste ano.

Pautando sua ação orientada pelo desejo de transformação social e eliminação da desigualdade, do racismo, das relações de exploração e pelo fim da opressão de todas as mulheres, a AMB fortalece o movimento feminista. Afirma seu caráter de sujeito político e organiza ações orientadas à transformação e democratização do Estado e da sociedade, incidindo sobre distintas dimensões da política, da cultura e da economia. Seguindo essa estrutura, a AMB promove o seu primeiro Encontro Nacional com o tema "Transformar o Mundo pelo Feminismo". Conversamos com Marta Cezaria de Oliveira, coordenadora do Fórum Goiano de Mulheres, e integrante da comissão organizadora do Encontro em Goiânia. Os contatos da comissão em Goiânia são [forumgoianodemulheres@yahoo.com.br](mailto:forumgoianodemulheres@yahoo.com.br) e (62) 3286-1882.



Marta Cezaria

Arquivo do Grupo Transas do Corpo

**Fazendo Gênero:** A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) se articula baseada nos princípios feministas, anti-racistas e não-partidário. Qual a importância das mulheres se inserirem nesse contexto de ativismo e como elas podem fazer isso dentro da AMB?

**Marta Cezaria:** Desde que você se intitula uma mulher feminista, você abraça as causas sociais. Desde o momento da luta feminista, que é para garantir o direito das mulheres. A mulher tem que ter a coragem de assumir as bandeiras das lutas feministas dentro da AMB, a luta anti-racista, de defesa do direito ao aborto, para que a mulher possa decidir sobre o seu próprio corpo. Abraçar a causa da saúde das mulheres, especialmente das mulheres negras. Tem vários campos de atuação nos estados brasileiros. A AMB se articula no campo estadual, depois regional e enfim nacional. É uma luta em que as mulheres devem estar em grupo, implementando propostas. E também articular nos movimentos sociais. A AMB é um campo muito amplo. Luta contra a política neoliberal que esmaga as mulheres. Nós temos muitos campos dentro da AMB, não dá para abraçar todos, mas nós nos articulamos em um. A bandeira da AMB é a articulação.

**FG:** O 1º Encontro Nacional da AMB acontecerá em quatro dias, no mês de dezembro. Quais são as expectativas de participação e de resultados esperados?

**MC:** A expectativa é que está todo mundo se organizando, vários fóruns, ônibus já estão se preparando para vir para Goiânia. As pessoas estão se integrando, as organizações estão se articulando como grupo, eu acho isso interessante. A motivação está sendo muito proveitosa para fortalecer essa relação no estado. As pessoas, as mulheres feministas, apesar de muitas, estão muito espalhadas, pela dificuldade de dar conta da militância e da questão econômica, do estudo, da vida; é difícil. As mulheres estão se comprometendo com mais coisas, muitas não podem participar da organização.

**FG:** Como uma mulher que nunca teve contato com o ativismo feminista pode contribuir e qual a sua importância na AMB?

**MC:** Eu acho que todas as mulheres são importantes nesse processo de articulação das mulheres brasileiras. Mesmo que elas não tenham essa formação que nós tivemos. Mas essa mulher, integrando ao grupo, descobre muita coisa nova para a vida dela e para o grupo também. Eu acho que todas aquelas que participarem e contribuirão sairão com bagagem muito grande e com desejo de se integrar ao grupo. Como a questão das mulheres quilombolas: quando você discute com elas, elas ficam interessadíssimas, e a gente sabe que é um mundo totalmente diferente do nosso, e essa troca de experiências fortalece as bases. A troca de experiência é um dos

pontos mais fortes da AMB.

**FG:** Com o tema "Transformar o Mundo pelo Feminismo", quais são os principais temas que serão abordados?

**MC:** Algumas das questões são a área da saúde, várias mulheres lutando por um mundo diferente, o combate à questão do fundamentalismo, a questão econômica, de geração de trabalho e renda, combater a prática do neoliberalismo. Esse momento é quase um momento de avaliação de perspectivas nesse campo. Eu acredito que vão ser mais debatidas as questões de raça e o lesbianismo. Mesmo nesse momento quando a gente sai de uma campanha política, a gente sonha com um mundo diferente, eu acho que vai ser um debate muito quente. Quando a gente discute o feminismo, nós não pensamos só em nós, pensamos em transformar. Como a gente pode transformar a sociedade com as práticas feministas? A mulher tem mais espaço, na medida em que ela vai fazendo esse processo de libertação.

**FG:** Qual é a expectativa esperada de público alvo no Encontro Nacional?

**MC:** Se cada estado trouxer cinquenta mulheres, e nós somos 27 estados, seremos 1350 mulheres! Nesse sentido, minha preocupação é muito grande. No entanto, eu sei que muitos estados estão com dificuldades para trazer as mulheres. Mesmo assim ainda serão muitas mulheres. Então eu acredito que

será um encontro de massa. Uma das formas delas virem é em fóruns e redes, que são formas que vários estados estão se organizando para participar. O público vai ser muito variado, pois as pessoas estão livres para participar também individualmente. As inscrições estão abertas, qualquer mulher pode se inscrever; é um encontro auto-gestionário. As participantes terão que assumir suas despesas de transporte e hospedagem. Isso pesa, mas não impede a participação. Percebemos que, por mais que elas tenham que pagar, isso não vai impedi-las de vir.

**FAZENDO GÊNERO**

FAZENDO GÊNERO nº27  
novembro de 2006 a fevereiro de 2007

Órgão Informativo do Grupo Transas do Corpo

Conselho editorial:

Antônio Carlos Cunha, Érica Melo, Pedro Plaza Pinto, Priscila Marília Martins e Wilza Vilela

Editoria: Joana Plaza Pinto

Redação: Narrira Lemos de Souza

Revisão: Joana Plaza Pinto

Colaboração: Gelva Costa, Marta Cezaria de Oliveira, Nara Lienne Rodrigues Nunes, Sílvia Camurça.

Editoração: Carla de Abreu (62-3223.0566)  
Av. Antônio Fidélis nº 1811, Pq. Amazônia  
Goiânia-Goiás-Brasil – 74.840-090  
Tel.: 55 (62) 3095-2301 ou 3095-2302  
[comunica@transasdocorpo.org.br](mailto:comunica@transasdocorpo.org.br)

[www.transasdocorpo.org.br](http://www.transasdocorpo.org.br)

Apoio:

International Women's Health Coalition  
Global Fund for Women

# Lei Maria da Penha: pela saúde das mulheres

GELVA COSTA\*

**T**em tudo a ver articular violência doméstica, saúde pública, segurança pública e direitos humanos. Segundo uma pesquisa desenvolvida com pacientes do Centro de Referência da Saúde da Mulher do Hospital Pérola Bayton (São Paulo – SP), em 2002, 80% das 165 pacientes entrevistadas já sofreram algum tipo de agressão e muitas afirmam que os agravos à saúde estão associados à violência, mas acrescentam que nunca tinham falado sobre o assunto.

Falar sobre esse assunto é doloroso, causa vergonha e sentimento de impotência. Na nossa sociedade, quando o diálogo, o carinho e o respeito perdem a vez, entra em cena a agressão, que rapidamente pode transformar-se em violência e apresenta suas variadas facetas: violência física, psicológica, sexual, moral. O consumo de álcool e drogas é potencializador dos atos de violência, mas nunca o principal responsável.

Na arena doméstica ou no mundo privado, as mulheres sempre acabam em desvantagem. Socialmente existe uma valorização do masculino, a sociedade forma e educa, incentiva-os para que a resolução dos conflitos aconteça através de atitudes mais agressivas: “meninos não devem levar desaforo para casa”. Eles devem satisfazer seus desejos, inclusive o sexual.

Para as meninas existe uma valorização da beleza, da sedução, de ser cuidadora, “engolir caladas o que não podem modificar” e se sentirem responsáveis pela manutenção das relações afetivas. Caso a relação não se mantenha, elas se sentem culpadas. Dessa forma, cria-se uma tensão nos relacionamentos, que pode desembocar em conflitos, resolvidos através da violência.

A partir da década de 80, precisamente em 1985, cria-se a primeira Delegacia Especial da Mulher (DEM) para atender mulheres que estão em situação de violência. A criação das DEMs, que atualmente se expandiu por todo o Brasil, veio juntamente com outras políticas públicas: criação dos Conselhos Estaduais de Direitos das Mulheres (1982), Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica (1986), alavancadas pelo movimento de mulheres e feministas com o objetivo de dar maior visibilidade à violência doméstica contra as mulheres e meninas, dando-lhes proteção.

Com a criação das DEMs, as mulheres iniciaram o registro de queixas contra as diversas violências que estavam vivenciando e aguardavam uma solução para aquele conflito. O CEVAM (Centro de Valorização e Apoio da Mulher) fala: “A partir, pois, de 1995, as Delegacias da Mulher se tornaram simples intermediárias, incumbidas de anotar as queixas de espancamentos às mulheres, de ameaça, de morte, de injúrias, de cárcere privado e tantas outras agressões domésticas. Só lhes cabe agora registrar as progressivas agressões

familiares nos famosos TCOs (Termo Circunscrito de Ocorrência) e depois enviá-los aos raros Juizados Especiais Criminais. Nestes, os processos ficam adormecidos de seis a oito meses ou até mais. Enquanto isso, só resta às mulheres ou fugir com os filhos ou morrer” (Jornal Diário da Manhã, 21/04/2001, p.7-b).

Constatando-se a inoperância da lei 9099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais, o movimento de mulheres e feminista iniciou reflexões, discussões e ações políticas que acarretaram a Lei Maria da Penha.

## Lei nº 11340/2006 Lei Maria da Penha

“Art. 1º- Esta lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art.226 da Constituição Federal, da Convenção sobre Eliminação de todas as formas de violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres e de outros tratados internacionais ratificados pela

sua aplicação independe da orientação sexual das pessoas envolvidas. E amplia o conceito de família. Veja o que diz o art.5º da lei Maria da Penha.

“Art. 5º - Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada em gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidades ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual”.

Enfim, esta lei contribui para que a violência doméstica não fique tão banalizada, como tem sido até agora, coibindo e prevenindo a violência contra a mulher.

Mas nada disso adianta se a lei não for aplicada efetivamente. É necessário que o movimento or-



*Sowing Seeds of Peace, arte de Eric Drooker (Drooker.com)*

República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência”.

A lei Maria da Penha cria uma vara específica, “Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, que vai permitir um maior acesso das mulheres à justiça, bem como a agilização da resolução dos conflitos advindos da violência doméstica. Além de maior acesso à justiça, a punição aos agressores será mais ágil e com medidas punitivas mais adequadas, como previsto no Cap. II das medidas protetivas de urgência, Seção I art.20. Caso necessário também prevê o encaminhamento do agressor para centros de educação e reabilitação.

Também traz um avanço ao considerar que a

ganizado esteja atento para acompanhar e cobrar a implementação da lei, além do Estado garantir campanhas educativas e serviços de atendimento contra violência de gênero.

Sabemos que a violência e a impunidade são fatores que atuam diretamente nos casos de mulheres com depressão, insônia, taquicardia, pressão alta, DSTs, entre outras. Esperamos que a aplicação da Lei Maria da Penha e a adoção de políticas públicas de saúde que considerem a vulnerabilidade das mulheres à violência doméstica contribuam para a diminuição do número de mulheres com problemas de saúde.

\* Sócia-fundadora e membro do Conselho Consultivo do Grupo Transas do Corpo; assistente social e especialista em Políticas Públicas.



### Ações afirmativas com bons resultados

A partir de 2000, foram adotadas na UFBA as ações afirmativas e cotas. Com a discussão junto ao Movimento Negro Brasileiro, a comunidade negra decidiu que não pode se calar e assistir à permanência dos critérios racistas na universidade, onde pouco mais dos 20% de brancos/as detêm 58% das vagas do Ensino Superior. A medida adotada contou também com o Projeto Tutoria – Apoio à permanência de estudantes negros e de origem indígena na UFBA, que iniciou suas atividades em 2002. Dados divulgados neste ano mostram que os argumentos de que as políticas de cotas rebaixariam a qualidade da universidade pública são falhos, sendo que o rendimento das/os cotistas é igual ou superior ao das/os não-cotistas. Leia mais no número 150 do **Jornal Fêmea** <http://www.cfemea.org.br/pdf/femea/femea150.pdf>

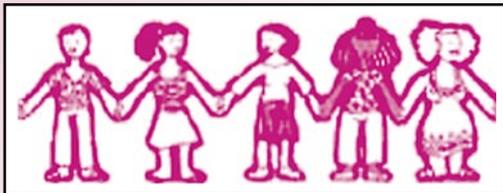


Ilustração do site [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)

### Curso de Direitos Humanos e Diversidade (UFG)

Abordando as temáticas direitos humanos, diversidade e cidadania, com início no dia 9 de outubro, o curso **Direitos Humanos e Diversidade** tem sido realizado no Museu Antropológico da UFG. O curso é gratuito e conta com diversos apoios. As/os participantes foram selecionadas/os com os seguintes critérios: atuação ou militância nas áreas de direitos humanos e movimentos sociais; educação formal e não-formal; e titulação e formação acadêmica do candidato. Estevão Arantes, ativista do Grupo Colcha de Retalhos, está participando do curso e ressalta a importância do contato com novas pessoas, das mais diversas áreas, e do contato prolongado que haverá no grupo. O curso dura até meados de dezembro.

### Curso de Controle Social do Articula SUS

Acontece nos dias 10, 11 e 12 de novembro mais um evento do projeto “Articula SUS”, promovido pelo Grupo Transas do Corpo, em parceria com a ANEPS. Representantes dos diversos segmentos dos movimentos sociais estarão reunidos, trocando experiências e traçando estratégias para o controle social no SUS, no sentido de buscar a garantia do direito à saúde em Goiás. Dais Rocha, de Goiânia/GO, e Sílvia Camurça, de Recife/PE, são as educadoras convidadas para ordenar o evento.



### Oficina de Direitos Sexuais e Reprodutivos do Articula SUS

Aconteceu nos dias 1 e 2 de setembro a oficina do Articula SUS, com a temática **Movimentos sociais em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos**, no Centro de Treinamento da ASBEG. A oficina aconteceu com atividades que se estenderam até a noite, e discussões como forma de troca de experiências entre movimentos e construção coletiva dos conceitos de direitos sexuais e reprodutivos. Veja mais sobre esse curso em: [www.transasdocorpo.org.br/mostra\\_noticias.php?not=168&cod=oquerola](http://www.transasdocorpo.org.br/mostra_noticias.php?not=168&cod=oquerola)



Arquivo do Grupo Transas do Corpo

Abertura da Oficina

## O último dia de outono



BUSIN, Valéria Melki. *O último dia do outono*. São Paulo: Edições GLS; Summus, 2001.

NARA LIENNE RODRIGUES NUNES\*

Escrito por Valéria Melki Busin, e tendo como cenário a cidade de São Paulo, o livro *O último dia do outono* é um delicioso romance contando a história de Fernanda, uma adolescente como outras tantas por aí. Mas o que difere esse livro dos demais? *O último dia do outono* conta a história do amor entre duas meninas. Lançado em 2001, pelas Edições GLS e pela Summus, tornou-se referência da literatura lésbica brasileira para jovens.

Fernanda, uma jovem bonita que atrai olhares de homens e por isso está sempre namorando, tem como sonho entrar na faculdade e para isso se dedica ao curso pré-vestibular. E é no cursinho que suas amigas são consolidadas e está feito um grupo de amigas/os que compartilham os estudos, até as festas.

Tudo vai bem até que, numa confraternização entre duas turmas de cursinho, Fernanda, depois de beber um pouco e fumar um baseado pela primeira vez, cruza o olhar com uma bela morena. Neste momento seu corpo todo é tomado por um calor seguido de um arrepio, a sensação causa espanto e a deixa confusa. Dias depois, a bela morena se apresenta a Fernanda, era Marisa, uma menina simples e rica, estudiosa, organizada e que adora ler.

A amizade entre as duas se consolidou e todas as tardes após as aulas elas se encontravam para estudar. Em um desses dias de muito estudo na casa de Marisa, a hora passou tão rápido que, quando se deram conta, já estava tarde e não havia como Fernanda retornar para casa. Assim Marisa convidou-a para passar aquela noite ali. Depois de resistir Fernanda aceitou o convite. Aquela noite foi longa: vestindo camisetas, dividindo a mesma cama, Marisa adormece segurando a mão de Fernanda, que se vê tomada pelo mesmo sentimento de quando a vira na festa. Diante de Marisa adormecida, Fernanda beija seus lábios muito suavemente temendo que ela acorde.

Vendo-se apaixonada por Marisa, Fernanda se sente perdida, confusa, com medo e, por outro lado, sente-se correspondida por Marisa. Mas não tem coragem de se declarar, até que resolve se aconselhar com seu melhor amigo, Dinho, que tinha se assumido recentemente para ela como gay.

Neste jogo de sedução, descobertas, medos e desejo entre Marisa e Fernanda, há tentativas de viver esse amor seguido por fugas de Marisa. Neste passar de tempo, Fernanda, namorando um garoto, começa a questionar seus desejos por rapazes. E, ciceroneada por Dinho, conhece as “baladas” LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) de São Paulo, escondida da família e do namorado, agora noivo. Numa dessas baladas, o noivo a vê beijando outra garota e conta para a mãe e para o pai de Fernanda, que a expulsam de casa.

Acolhida por amigas/os, Fernanda enfrenta a dor de ser ignorada pela família, as fofocas que o ex-noivo espalha, o amor não correspondido por Marisa e tentativas de retornar para casa e ter de volta o amor da família.

*O último dia do outono* foi uma deliciosa descoberta sobre literatura LGBT, que até então eu desconhecia. É um livro que mostra a construção da sexualidade, das dificuldades e preconceitos vividos pelas pessoas que assumem a homossexualidade e também o sofrimento de reprimir os sentimentos por uma pessoa do mesmo sexo só porque a sociedade julga errado, talvez por não saber lidar com as diversidades. Recomendo a leitura deste livro como um convite para conhecer um pouco sobre lesbianidade, um assunto pouco falado e invisibilizado.

\* Estudante, 15 anos, e participante do Grupo de Informação e Ação em Sexualidade do Grupo Transas do Corpo.